

A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO
PLÁCIDO CASTELO, ESCOLA DE
CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO CEARÁ, COMO INTEGRANTE DA
REDE ESTADUAL DE ESCOLAS
DE GOVERNO DO CEARÁ

THE EXPERIENCE OF THE PLÁCIDO CAS-
TELO INSTITUTE, SCHOOL OF ACCOUNTS
OF THE COURT OF AUDITORS OF THE
STATE OF CEARÁ, AS MEMBER OF THE NE-
TWORK OF SCHOOLS OF GOVERNMENT
OF THE STATE OF CEARÁ

Paulo Alcântara Saraiva Leão ¹

Maria Hilária de Sá Barreto ²

Conselheiro Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa ³

Resumo

Neste artigo, apresenta-se a experiência do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), a escola de contas do Tribunal de Contas do Ceará (TCE-CE), como participante (e uma das idealizadoras) da Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará, organização em rede que reúne escolas de governo atuantes no Estado do Ceará. O trabalho em rede proporciona muitos benefícios para quem dela

participa, onde seus integrantes podem cooperar entre si, conseguindo agregar mais valor às suas atividades. A participação do IPC na rede tem trazidos bons resultados para a escola e principalmente para o TCE-CE que, além de se beneficiar com a sinergia gerada pela rede, também melhora sua relação com seus órgãos e entidades jurisdicionados que integram a rede. Essa atuação em rede também contribui para que o papel do Tribunal se torne mais conhecido pela sociedade. Tudo isso tem trazido consequências positivas para o controle governamental e, em última análise, para a melhoria da gestão pública, em prol da sociedade.

Abstract

This article presents the experience of the Higher Institute of Accounts and Public Management Minister Plácido Castelo (IPC), the School of Accounts of the Court of Auditors of The State of Ceará (TCE-CE), as a participant (and one of its founders) of the Network of Schools of Government of the State of Ceará, a network-style organization that brings together government schools in the state of Ceará. Networking provides many benefits to those who participate in it, where its members can cooperate with each other, adding more value to their activities. IPC's participation in the network has brought good results for the school and especially for the TCE-CE, which, in addition to benefiting from the synergy generated by the network, also improves its relationship with governing bodies and entities, represented in the network, many of them under its jurisdiction. This participation also contributes to making the role of the Court better known to society. All of this has had positive consequences for government control and ultimately for improving public management for society.

Palavras-chave: Escola de Governo. Rede. Educação. Tribunal de Contas. Administração Pública

Keywords: School of Government. Network. Education. Court of Auditors. Public Administration

1 Mestre em Ciências em Engenharia de Sistemas e Computação, Tribunal de Contas do Estado do Ceará, pauloalcantara@tce.ce.gov.br.

2 Mestre em Ciências Políticas, Tribunal de Contas do Estado do Ceará, hilaria@tce.ce.gov.br.

3 Especialista em Direito Administrativo, Tribunal de Contas do Estado do Ceará, alexandre@tce.ce.gov.br.

1. Introdução

A Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará, doravante denominada Rede de Escolas de Governo, é uma organização em rede que reúne escolas de governo atuantes no Estado do Ceará, com o objetivo de promover a cooperação e articulação para o desenvolvimento de ações conjuntas, com vistas ao aprimoramento das políticas de formação e educação permanente para os servidores da administração pública.

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), a escola de contas do Tribunal de Contas do Ceará (TCE-CE), é a unidade responsável pela condução das ações educacionais do Tribunal. Sua razão de existir é compartilhar conhecimentos, o que promove a democratização do saber, fim de todo processo educacional, buscando com isso desenvolver os servidores do Tribunal, bem como técnicos e gestores da administração pública estadual. O IPC tem como missão promover o desenvolvimento dos servidores do TCE-CE e de seus jurisdicionados visando ao aperfeiçoamento do controle governamental e da gestão pública.

O IPC é um dos integrantes da Rede de Escolas de Governo, participando desde a criação da rede (em novembro de 2009), tendo sido inclusive um de seus idealizadores. Durante o período de 2016 a 2018, exerceu a coordenação da rede.

O trabalho em rede proporciona muitos benefícios para quem dela participa. Os integrantes podem cooperar entre si, conseguindo

agregar mais valor às suas atividades. No caso da Rede de Escolas de Governo, os principais benefícios obtidos para os membros são:

- Promover a colaboração e a cooperação entre as escolas;
- Compartilhar informações, experiências e competências;
- Ampliar o escopo de atuação das escolas;
- Possibilitar o conhecimento das atividades desempenhadas por outras escolas e pelas organizações às quais estão vinculadas;
- Realizar ações e promover mudanças que cada escola não conseguiria (ou seria muito difícil) realizar isoladamente;
- Identificar, de forma conjunta e alinhada, as diretrizes da administração pública.

A participação do IPC na rede tem trazidos bons resultados para a escola e principalmente para o TCE-CE que, além de se beneficiar com a sinergia gerada pela rede, também melhora sua relação com seus órgãos e entidades jurisdicionados que integram a rede, por meio de suas escolas. Tudo isso, em última análise, tem produzido efetivamente consequências positivas para a melhoria da gestão pública em prol da sociedade cearense.

Além dessa seção introdutória, este artigo discorre sobre as escolas de governo, organizações em rede, a Rede de Escolas de Governo do Ceará especificamente e suas realizações, a participação do IPC na rede, e finalmente as conclusões.

2. Escolas de Governo

As escolas de governo são entidades organizacionais, integrantes da administração pública, responsáveis por desenvolver ações educacionais com o propósito de aperfeiçoar as competências dos servidores e gestores públicos, para um melhor desempenho do setor público, em benefício da sociedade. As escolas de governo estão presentes em todos os níveis de poder (federal, estadual e municipal) e nos poderes executivo, legislativo, judiciário, bem como no Ministério Público, na quase totalidade dos estados e em grande parte dos municípios mais populosos da federação.

No Brasil, elas têm sua previsão na Constituição Federal, mais especificamente em seu artigo 39, § 2º, que dispõe: A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Elas atuam marcadamente na profissionalização do servidor público, contribuindo para uma melhor gestão da máquina pública e prestação dos serviços públicos à população. Contribui também para a construção de uma melhor governança na aplicação dos recursos públicos, por parte dos governantes e tomadores de decisão. Conforme o escopo onde está inserida, as escolas realizam ações de capacitação e desenvolvimento/aperfeiçoamento do corpo técnico e gerencial da organização a qual está vinculada, mas geralmente vão mais além, buscando também atender a órgãos e entidades públicas que possuem algum relacionamento formal ou não com aquela or-

ganização. Como exemplo, citamos o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) que capacita, além do corpo funcional do Tribunal de Contas da União (TCU), servidores públicos dos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal.

Existem também escolas que atuam para toda uma esfera de poder ou conjunto de órgãos públicos integrantes de um sistema. Nesta categoria, temos por exemplo, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que capacita pessoas de todos os órgãos da administração pública federal. Ampliando mais ainda, existem escolas que, além de prestar serviços para o setor público, incluem em seu público-alvo segmentos sociais ou a sociedade como um todo. Segundo Nascimento e Esper (2009), as escolas de governo têm um papel fundamental a ser desempenhado na oferta de programas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, de modo que seja obtida a valorização do servidor público e seu reconhecimento como cidadão, contribuindo para que este apresente um desempenho de qualidade e construa uma nova imagem do serviço público.

As escolas de governo atuam em um contexto de rápidas mudanças nas demandas e expectativas do setor público, servidores públicos e cidadãos. Precisam cumprir sua missão em uma realidade de grandes desafios políticos e econômicos. Diante deste cenário, precisam se posicionar como um *locus* onde inovadoras formas de prestação de serviço público e novas políticas públicas são gestadas e testadas, preferencialmente de forma colaborativa com a sociedade. Para contribuírem de maneira efetiva com a educação corporativa na administração pública, buscam prover um ambiente de aprendizado onde os agentes públicos desenvolvam suas competências para poderem agregar valor no desempenho de suas atividades, sempre alinhado às estratégias governamentais.

As escolas além de aprimorarem a formação dos servidores públicos das instituições às quais estão vinculadas, bem como de outros órgãos e entidades da administração pública, muitas vezes ofertam oportunidades de capacitação (cursos, eventos, etc) à sociedade de forma geral. Isso é um ponto muito positivo, pois aproxima o cidadão das instituições públicas.

3. Organizações em rede

A rede é uma estrutura de elementos (ou entidades) conectados uns aos outros, sem uma hierarquia, com vistas a desempenhar alguma tarefa ou função com um propósito definido. Almeida-Filho (2005) define rede como um conjunto de pontos, ou nós, distintos e conectados entre si, de forma que mudanças em qualquer um deles têm ressonância na rede como um todo.

Dentro do contexto tratado no presente artigo, consideramos a rede como um modelo organizacional interligando instituições públicas (escolas de governo). Podolny e Page (1998) definem os modelos organizacionais em rede como um conjunto composto por atores que estabelecem trocas entre si, sem que exista uma autoridade externa para coordenar e resolver eventuais divergências entre os membros. Neste sentido, uma rede é caracterizada pela autonomia de seus membros.

Em uma rede, o trabalho é desenvolvido em equipe e de forma cooperada, com uma coordenação sendo exercida por um de seus membros. Não há responsabilidades fixas para os integrantes da rede e cabe ao coordenador orquestrar as diversas atividades a serem realizadas. Segundo Migueletto (2001), o poder em uma rede é fragmentado e o conflito é inexorável, sendo necessária a existência de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação.

Outro aspecto importante das redes é que seus membros não

necessitam modificar suas estruturas, estratégias ou posicionamentos para poderem atuar em conjunto na rede.

De maneira geral, a estrutura em rede oferece vários benefícios, como por exemplo:

- Criação e desenvolvimento de atividades e produtos de forma coletiva;
- Potencialização e estímulo à colaboração;
- Trabalho em equipe, de forma cooperada, com a criação de sinergias;
- Compartilhamento de informações, conhecimentos, competências e experiências, gerando aumento do aprendizado;
- Melhoria do desempenho individual de cada um dos membros;
- Facilitação para o estabelecimento de parcerias, alianças e vínculos;
- Flexibilidade e pluralidade na realização de ações;
- Compartilhamento de objetivos e responsabilidades;
- Aumento da capilaridade e difusão das atuações dos membros, aumentando o escopo e público-alvo das ações; · Benefícios econômicos.

Em relação a esse último, segundo Olivares (2003), a forma organizacional em rede é considerada eficiente, pois permite um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Esse ponto é bastante relevante em se tratando de uma rede formada por entes da administração pública, onde é indispensável que sempre seja observado, com atenção, o uso racional dos recursos públicos.

4. A Rede de Escolas de Governo

A Rede de Escolas de Governo, criada em novembro de 2009, é uma estrutura em rede que tem como propósito viabilizar ações de articulação, intercâmbio de experiências, desenvolvimento de projetos de forma cooperada, e ser um fórum para debates e construção de conhecimento, com vistas a implantação e aprimoramento das políticas de formação e educação permanente para os servidores da administração pública. Desenvolve ações relacionadas ao aperfeiçoamento do potencial humano, contribuindo para o desenvolvimento institucional e da gestão pública.

Tem como missão a promoção da cooperação recíproca entre as escolas de governo com a finalidade de unir esforços para a implementação de ações conjuntas, ou de apoio mútuo, e de atividades complementares de interesses comuns, a fim de contribuir com a correta aplicação dos recursos públicos. Os valores que orientam as ações da rede são: cooperação, respeito, ética, compromisso, transparência, confiança e excelência.

A Rede de Escolas de Governo congrega escolas de governo com atuação no Estado do Ceará e é formada atualmente por 11 (onze) escolas. Suas realizações concentram-se, com maior relevo, na promoção de eventos e cursos, bem como na atuação em programas da administração pública. Estas atividades viabilizam a participação dos servidores do serviço público em cursos e outras ações educacionais realizadas em conjunto, ou por disponibilidade de vagas em ativida-

des educacionais da programação das escolas que compõem a rede ou articuladas pelas mesmas. Adicionalmente, a rede trabalha na difusão de metodologias destinadas à melhoria das atividades de ensino, e na criação de mecanismos de divulgação de boas práticas educacionais.

As escolas de governo que atualmente constituem a rede são:

1. Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP;
2. Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização – EGPR;
3. Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGP;
4. Escola Judiciária Eleitoral – EJE;
5. Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP;
6. Escola Superior da Defensoria Pública – ESDEP;
7. Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC;
8. Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará – ESMP;
9. Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo – IPC;
10. Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos – IMPARH;
11. Universidade do Parlamento Cearense – UNIPACE.

Para participar da Rede de Escolas de Governo, a instituição interessada precisa assinar o Termo de Cooperação Técnica que formaliza a implantação da rede. Esse é um dos instrumentos normativos que regulamentam o seu funcionamento, juntamente com o Regimento Interno e Planejamento Estratégico que foi desenvolvido de forma colaborativa por seus integrantes.

Conforme dispõe o seu regimento, os integrantes da rede realizam mensalmente reuniões ordinárias, e extraordinárias (caso justifique a necessidade). O calendário das reuniões é definido a cada exercício e acontece de forma itinerante, oportunizando a todas as escolas, pelo menos uma vez

ao ano, recepcionarem e acolherem todos os participantes. Neste momento, acontece uma visita às instalações físicas onde é possível se conhecer toda a estrutura da escola, além de suas atividades *in loco*. O coordenador geral conduz as reuniões seguindo a pauta pré-estabelecida e fazendo-se os registros em ata.

Compete a cada escola integrante da rede:

- Exercer a articulação interinstitucional, no âmbito estadual, para a promoção de ações cooperadas;
- Ceder instrumentos de comunicação com vistas a divulgar as realizações da rede e difundir boas práticas na administração pública;
- Promover atividades conjuntas de educação corporativa, por meio da cessão, elaboração ou adaptação de cursos e conteúdos, bem como do compartilhamento de instrutores e estrutura de apoio;
- Estender reciprocamente aos servidores do órgão, ao qual está vinculada, a possibilidade de participação em cursos e eventos promovidos, observados os critérios de seleção e disponibilidade de vagas.

Todos os projetos previstos no planejamento são executados pelas escolas membros (geralmente um subconjunto de até 3 escolas), ficando sob a gestão de uma das escolas. Estão contemplados neste processo, ações de acompanhamento e avaliação, visando aferir a qualidade dos produtos e serviços gerados pelos projetos.

Em alguns casos, a rede também desenvolve ações em parceria com outras instituições, dentre elas destacam-se o Ministério Público Estadual, a Assembleia Legislativa do Estado, o Governo do Estado do Ceará, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), o TCU, a Controladoria Geral da União (CGU), o Centro de Treinamento da Escola de Administração Pública (CENTRENAP) e universidades. Ainda no tocante a parcerias, uma excelente oportunidade para a rede seria celebrar acordos de cooperação com outras redes de governo em âmbito regional ou nacional,

como por exemplo, a Rede Nacional de Escolas de Governo, criada em 2003. A cooperação com outras redes ampliaria significativamente, para as escolas membros da rede, as possibilidades de compartilhamento de conhecimentos e experiências, e participação em ações conjuntas. A busca por acordos dessa natureza está nas ações previstas da Rede de Escolas de Governo.

No tocante ao ecossistema do controle governamental, o estabelecimento de parcerias entre redes de escolas poderia ser também proveitoso para as escolas de tribunais de contas conectando, por exemplo, a Rede Nacional de Escolas de Contas, coordenada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com redes de escolas de governo, em nível nacional, regional, estadual ou municipal.

Uma iniciativa paralela, originada da Rede de Escolas de Governo, é a Rede de Bibliotecas das Escolas de Governo do Ceará (RedeBiblio), que tem como objetivo, como seu título sugere, promover a integração entre as bibliotecas das escolas da rede. A RedeBiblio possibilita inclusive a comutação bibliográfica de artigos e obras entre as bibliotecas. Acreditamos ser uma iniciativa relevante para as escolas membros, pois amplia o acesso dos servidores dos órgãos da rede aos vários acervos (físicos ou digitais) das outras instituições.

A fim de contribuir com a interação e divulgação de suas realizações e conceder-lhe maior visibilidade, foi criado o *site* institucional da Rede de Escolas de Governo (<http://www.redeescolas.tce.ce.gov.br/>), contendo todas as informações sobre sua estrutura, atividades, publicações e programação das ações educacionais.

Desde seu início, a Rede de Escolas de Governo já contou com 5 (cinco) coordenações, a saber: 2009-2012 - Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (representada pela Sra. Filomena Lobo Neiva); 2013 - Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (representada pelo Sr. Benedito Augusto Neto); 2014-2015 - Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (representada pelo Desembargador Paulo Pontes); 2016-2018 - IPC (representado pela Sra. Hilária de Sá Barreto); 2019-2020 - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (representada pelo Cel. Juarez Nunes).

5. Realizações da Rede de Escolas de Governo

Conforme Pacheco (2000), a função das escolas de governo é justamente a de prospectar o que há de melhor em conhecimento e tecnologia gerencial e contextualizar esse *know-how* às especificidades das organizações públicas.

Nessa perspectiva é que a Rede de Escolas de Governo, desde sua criação, vem realizando várias ações, atingindo um grande público e sempre bem avaliadas. As ações contemplam participantes de todo o Estado do Ceará, com alguns eventos realizados em municípios selecionados do interior do estado.

Dentre as realizações mais destacadas, podemos citar:

Ano de 2010:

Solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica da Rede; Seminários e palestras, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado e a Assembleia Legislativa do Estado (televisados e transmitidos em radiodifusão): o Seminários:

1. “Novos Paradigmas da Gestão Pública na Sociedade do Conhecimento”
2. Seminário “Pacto Federativo: Os Desafios da Gestão e das Políticas Públicas do Brasil”
3. Seminário “As Novas Tecnologias da Informação do Co-

nhcimento para a Construção de um Estado Ético e Transparente a Serviço da Sociedade” o Palestra “A Gestão Pública e a Construção do Desenvolvimento Territorial: Qual o nosso papel?” (realizadas em vários municípios do estado);

- I Ciclo de Palestras da Rede de Escolas de Governo (realizado em município do interior do estado).

Ano de 2011:

- Curso de Extensão em Gestão Pública;
- IV Encontro Nacional de Educação a Distância para a Rede de Escolas de Governo.

Ano de 2012:

- Curso “Avaliação e Gestão de Programas Educacionais”;
- Curso de Tutoria em EAD;
- Palestra “Gestão de Pessoas em EAD”;
- Seminário “Como garantir o sucesso de uma Ação Educacional”.

Ano de 2013:

- I Encontro Nordestino de Escola de Governo;
- Participação no “Programa de Desenvolvimento da Gestão Pública para os Municípios (PRODEG-M)”, por meio das escolas de áreas afins ao tema.

Ano de 2014:

- Palestra “Governança e Governabilidade: Poder Público e Sociedade”;

Ano de 2015:

- Participação no programa “Ministério Público pela Educação (MPEduc)”, realização do Ministério Público Federal e o Ministério Público dos Estados, por meio das escolas de áreas afins ao tema;
- Participação no programa “Capacidades – Educação, Participação e Transformação”, realização do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, por meio das escolas de áreas afins ao tema (o programa foi realizado até o ano de 2017).

Ano de 2016:

- I Encontro EAD em Rede: O Perfil da EAD na Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará;
- Seminário “As Soluções Tecnológicas de Gestão Educacional das Escolas”;
- Programa de Educação Continuada em Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado;
- Seminário “Ética e Transparência na Gestão Pública”.

Ano de 2017:

- Seminário sobre Direitos Humanos, em parceria com a Casa Civil do Governo do Estado;
- Seminário “Desenvolvimento e Competências do Servidor Público: Práticas Inovadoras e Exitosas das Escolas de Governo”;
- Seminário de Orientação – Regime Próprio de Previdência Municipal: sustentabilidade e responsabilização, em parceria com o Ministério da Fazenda.

Ano de 2018:

- I Semana da Avaliação em Escolas de Governo, inserida no evento “Semana da Avaliação na América Latina e Caribe – EVAL2018”, uma iniciativa do *Centro para el Aprendizaje sobre Evaluación y Resultados*

(CLEAR-LAC), em parceria com o Centro de Treinamento da Escola de Administração Fazendária (CENTRESAF).

Ano de 2019 (primeiro semestre):

- II Semana da Avaliação em Escolas de Governo, inserida no evento “Semana da Avaliação na América Latina e Caribe – EVAL2018”, uma iniciativa do *Centro para el Aprendizaje sobre Evaluación y Resultados*

(CLEAR-LAC), em parceria com o Centro de Treinamento da Escola de Administração Pública (CENTRENAP).

6. Participação do IPC na Rede de Escolas de Governo

O IPC, como integrante da Rede de Escolas de Governo, participa ativamente e se beneficia, como todas as outras, das vantagens de um trabalho em rede. A convivência com as demais escolas membros tem sido muito importante para estreitar os laços institucionais entre o Tribunal e as demais instituições, às quais as escolas da rede estão hierarquicamente vinculadas. Como órgão responsável pelo controle externo da administração pública no Estado do Ceará, essa relação, viabilizada por meio da rede, é muito significativa, uma vez que facilita a realização de ações e eventos conjuntos. Muitas dessas realizações permitem ao TCE-CE conhecer mais de perto o funcionamento das outras instituições, seus projetos e atividades.

Praticamente todas as escolas estão dentro da jurisdição do TCE-CE e isso torna mais importante o relacionamento proporcionado pela rede, tanto para o Tribunal, como órgão controlador, como para os seus jurisdicionados que são alcançados pela atuação desse controle. As informações obtidas por meio da participação de uma escola de tribunal de contas em uma rede desse tipo contribuem para ampliar o grau de conhecimento do Tribunal sobre as atividades dos jurisdicionados representados por suas escolas que participam da rede. Por sua vez, os órgãos e entidades jurisdicionados que participam da rede indiretamente por meio de suas escolas se beneficiam dos relacionamentos, ações e eventos desenvolvidos no âmbito da rede, para uma

melhor compreensão de entendimentos e deliberações da Corte de Contas. Isso ajuda a alinhar os atos de gestão e a condução de políticas públicas. As ações da rede aproximam técnicos e gestores do Tribunal e jurisdicionados, facilitando o alinhamento de conceitos, processos, normas e deliberações que impactem o funcionamento da administração pública.

Uma oportunidade vantajosa propiciada pela rede é a possibilidade de um de seus integrantes poderem contar com instrutores pertencentes aos quadros de servidores dos demais integrantes. Isso abre um campo grande de oportunidades para a realização de cursos e eventos de alta qualidade técnica, com especialistas, o que sem dúvida beneficia a todos. Como a composição da rede é multitemática, o ganho com essa colaboração em ações educacionais é muito relevante.

No âmbito da rede, podem acontecer atividades conjuntas entre o Tribunal e seus jurisdicionados em prol da melhoria da gestão pública não apenas em forma de ações educacionais, mas também em outros tipos de iniciativas, tais como cooperações técnicas, participação em programas, desenvolvimento de pesquisas e estudos, intercâmbio de especialistas, dentre outras.

O interessante da relação entre o Tribunal e seus jurisdicionados, proporcionada por meio das ações conjuntas das escolas integrantes da rede é que esta pode se dar de uma forma menos formal que o usual. Essas interações, que acontecem de uma maneira mais descontraída por estarem em um ambiente educacional, contribuem com uma aproximação entre o Tribunal e os órgãos bastante profícua e inovadora.

A participação de uma escola de tribunal de contas em um fórum como o da Rede de Escolas de Governo, onde participam jurisdicionados do Tribunal, por meio de suas escolas, pode fortalecer também a relação entre os controles externo (exercido pelo Tribunal) e o controle interno dos órgãos. A proximidade proporcionada pela rede pode, por meio de ações de capacitação especificamente na área de controle, estimular cooperações nessa área. Quanto mais forte o controle interno e mais alinhado com o controle externo, melhores resultados serão obtidos na fiscalização da aplicação dos recursos pela administração pública.

Um benefício destacado com a participação do TCE-CE na rede é o aumento do conhecimento, por parte da sociedade, sobre o papel do Tribunal.

Esse ponto representa um passo importante para a promoção das atividades desempenhadas pelos tribunais de contas, e para o estímulo ao controle social.

Oportuno ressaltar que o IPC, obteve o reconhecimento dentre as escolas de governo do estado do Ceará, nos anos de 2017 e 2018, por meio de premiação concedida ao seu Diretor-Presidente (Prêmio Destaques da Política e da Administração Pública e Social, na categoria “Presidente de Escola de Governo”), em votação que contabilizou mais de 5 mil votos de diferentes segmentos da sociedade. O critério de escolha dos homenageados acontece através de eleição por um corpo de jurados e por pesquisa quantitativa e qualitativa.

Pode-se dizer que, com a colaboração e confiança de todas as escolas da rede, o IPC tem exercido certo protagonismo na rede, tendo contribuído para sua criação e exercido a sua coordenação durante mais de dois anos no período de 2016 a 2018.

Acredita-se ser, pois muito válida a participação de uma escola de tribunal de contas em uma rede de escolas de governo, ainda mais se a rede for composta basicamente de escolas de instituições jurisdicionadas daquele tribunal. Independente da composição dos membros, a simples participação em uma rede já é muito importante, pois se trata de uma ótima oportunidade para exercitar o trabalho cooperado.

7. Conclusão

Entende-se ser uma excelente oportunidade para as escolas de tribunais de contas participarem de redes de escolas de governo, a exemplo da experiência apresentada neste artigo. Embora, considerando os bons resultados que o IPC vem logrando na área de educação corporativa continuada, por meio da formação, capacitação e orientação de servidores públicos e da sociedade, bem como na participação em programas e projetos variados, é certo que a articulação em rede fortalece e potencializa seu trabalho.

Além dos benefícios que se tem quando se participa de uma rede (cooperação, colaboração, integração, troca de experiência e conhecimentos, etc), há também um fortalecimento dos vínculos do Tribunal de Contas com seus órgãos e entidades jurisdicionados, e outras instituições. A partir de um maior alinhamento entre o controle governamental e as atividades de governo na condução das políticas públicas, a aplicação dos recursos financeiros pela administração pública se torna mais correta e efetiva.

Adicione a isto, a visibilidade concedida ao Tribunal de Contas (e a sua escola), órgão que ainda apresenta altos índices de desconhecimento, e que tem sido alvo de críticas, por parte da população. Dessa forma, verifica-se um aumento do conhecimento da missão e atuação do Tribunal, não só por toda a administração pública, mas igualmente pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, N. Sobre Redes. In: TEIXEIRA, F. (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**: em busca de novos espaços de aprendizado e inovação. Salvador: Casa da Qualidade, 2005. p. 5-9.

MIGUELETTO, D. C. R. **Organizações em Rede**. 2001. 96 f. Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro-RJ, 2001.

NASCIMENTO, T. P. C.; ESPER, A. K. Evasão em cursos de educação continuada a distância: um estudo na Escola Nacional de Administração Pública. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 2, p. 159-173, 2009.

OLIVARES, J. E. L. **Análise da Estrutura Organizacional em Rede e suas Negociações no contexto de Alianças Estratégicas**. 2003. 230 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo-SP, 2003.

PACHECO, R. S. Escolas de governo como centros de excelência em gestão pública: a perspectiva da ENAP — Brasil. **Revista do**

